



Parecer da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira sobre o Projeto de Ampliação da Instalação Avícola Quinta D. Dinis

I. Contextualização

O projeto de ampliação da exploração avícola Quinta D. Dinis propõe aumentar a capacidade de produção de 39.622 para 767.000 aves por ciclo, sendo classificado como uma instalação de criação intensiva. Esta expansão tem potencial para gerar benefícios económicos significativos, mas apresenta desafios ambientais e sociais que exigem uma abordagem rigorosa.

De acordo com o EIA, “o projeto encontra-se em fase de Projeto de Execução e terá como objetivo a produção de frangos de carne em regime intensivo” (Capítulo 1.1). Devido à escala do projeto, foi necessário cumprir o regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, de acordo com o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017 (Capítulo 1.4).

Legalmente, medidas compensatórias podem ser incluídas como parte do processo de licenciamento ambiental ou negociadas diretamente entre o promotor e a freguesia. Essas medidas, ainda que não obrigatórias, são uma prática amplamente reconhecida e incentivada em projetos de grande impacto, especialmente quando envolvem áreas habitadas e ecossistemas sensíveis.

Tendo em conta os requisitos legais para o licenciamento ambiental, as medidas compensatórias propostas neste parecer podem ser formalmente integradas como parte do processo de licenciamento do projeto. Essa integração assegura que os compromissos assumidos pelo promotor sejam monitorizados de forma contínua e transparente, garantindo o cumprimento das obrigações ambientais e sociais. Além disso, essa abordagem fortalece o alinhamento entre o desenvolvimento económico e a proteção ambiental, assegurando os benefícios reais e duradouros para a comunidade local.

Este parecer reforça a interligação entre a gestão sustentável do território e a necessidade de garantir o bem-estar das comunidades locais, destacando que qualquer falha na mitigação de impactos ambientais pode comprometer diretamente a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico da região.



Assim, considerando o projeto em apreço, apresentamos, em primeiro lugar, uma reflexão sobre o que é apresentado pela entidade promotora:

1. Importância do Cumprimento das Regras Ambientais

O EIA identificou potenciais impactos em diversos descritores ambientais, incluindo recursos hídricos, qualidade do ar, ruído, uso do solo e biodiversidade.

1. Recursos Hídricos:

- O documento destaca que a instalação irá requerer “reservatórios para armazenamento de água captada nas captações subterrâneas”, sendo fundamental garantir que a captação e a descarga sejam realizadas de forma sustentável (Capítulo 3.2).
- As águas subterrâneas da região apresentam “vulnerabilidade à poluição”, especialmente em áreas onde o aquífero está menos protegido (Capítulo 4.5.2.5).

2. Qualidade do Ar:

- A emissão de amónia, dióxido de carbono e partículas foi destacada como um impacto relevante. O EIA menciona que “a emissão anual estimada de poluentes atmosféricos resultantes da presença das aves deve ser tratada através de medidas específicas” (Capítulo 6.3.10).

3. Ruído:

- Durante a operação, o projeto pode impactar o ambiente sonoro local. De acordo com o EIA, “os níveis sonoros estimados na fase de funcionamento devem ser constantemente monitorizados para evitar exceder os limites legais” (Capítulo 4.10.5).
- Esses impactos devem ser geridos de acordo com as “melhores técnicas disponíveis (MTD)”, conforme mencionado no EIA (Capítulo 3.2.2.3).

2. Defesa da Qualidade de Vida da População

A proximidade de áreas habitadas reforça a necessidade de proteção da saúde pública. Segundo o EIA, a análise da qualidade do ar identificou um “risco moderado associado a partículas e gases provenientes da atividade avícola” (Capítulo 4.13.4.2). Além disso, o EIA menciona que “o ruído gerado durante a construção pode impactar os recetores sensíveis próximos da instalação” (Capítulo 6.3.9).



3. Prevenção de Retrocessos no Território

A instalação está localizada numa área florestal com predominância de pinheiro-bravo e eucalipto. O projeto prevê a remoção de parte da vegetação, o que pode impactar a biodiversidade local. O EIA destaca que “a área de implementação encontra-se adjacente a corredores ecológicos de relevância regional”, reforçando a necessidade de medidas compensatórias (Capítulo 4.9.1). Além disso, o EIA sublinha que “as áreas desflorestadas deverão ser reabilitadas com espécies nativas para preservar os serviços ecos sistémicos locais” (Capítulo 7.2.2.5).

4. Recomendações

Baseado nos dados apresentados, reforça-se a necessidade de:

1. *Monitorização Contínua:*

- Implementar os programas descritos no EIA: “os programas de monitorização para as fases de construção e exploração permitirão ajustar medidas em tempo real” (Capítulo 9.1).

2. *Transparência com a Comunidade:*

- Realizar consultas públicas contínuas. O EIA aponta que “o resumo não técnico deve ser disponibilizado ao público para esclarecimentos” (Capítulo 1.5.1).

3. *Compensação Ambiental:*

- Garantir que áreas desflorestadas sejam compensadas com reflorestação, conforme previsto no EIA: “será implementado um plano de compensação para minimizar a perda de biodiversidade” (Capítulo 7.2.2.5).

4. *Inovação Tecnológica:*

- Adotar as melhores técnicas de gestão de resíduos e tratamento de efluentes, como indicado no EIA: “o projeto prevê um sistema de tratamento de resíduos orgânicos para reduzir o impacto ambiental” (Capítulo 3.2.2.4).



II. Medidas Propostas: um compromisso com a proteção da população e do território

Considerando a nossa preocupação com os potenciais impactos que este projeto pode significar para a população local e para o equilíbrio ambiental do território, apresentaremos em seguida um conjunto de medidas concretas. Estas propostas visam garantir que o desenvolvimento do projeto seja realizado de forma sustentável, assegurando a proteção da qualidade de vida das comunidades, a preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactos ambientais negativos.

O nosso compromisso enquanto autarquia é defender a população e o território, pelo consideramos que a viabilidade deste projeto deve, pois, incluir soluções práticas e rigorosas que conciliem o progresso económico com o respeito pelos valores ambientais e sociais.

1. Recursos Hídricos

Como referido, o projeto envolve o uso intensivo de recursos hídricos e a geração de efluentes líquidos, que podem impactar aquíferos subterrâneos e corpos de água superficiais. Neste contexto, propomos:

1.1. Que o sistema de tratamento de efluentes a criar inclua:

- Decantadores para remoção de partículas sólidas.
- Filtros biológicos para degradação de compostos orgânicos.
- Desinfecção com luz ultravioleta ou cloração para eliminar micro-organismos nocivos.
- Construir uma bacia de retenção com manta geotêxtil para armazenar efluentes tratados antes da descarga.

1.2. A Monitorização de Qualidade da Água:

- Instalar sondas automáticas para medir, em tempo real, parâmetros como pH, nitrogênio amoniacal e coliformes fecais nos corpos de água afetados.
- Publicar relatórios trimestrais sobre a qualidade da água, disponíveis ao público e às autoridades.

1.3. A Gestão Sustentável da Água:

- Adotar sistemas de captação de águas pluviais para reduzir a dependência de água subterrânea.



- Implementar sensores de fluxo nos sistemas de distribuição para prevenir desperdícios.

Em projetos similares, a adoção de sistemas de captação de águas pluviais reduziu em até 30% a dependência de água subterrânea, demonstrando a eficácia desta solução.

1.4. A Proteção do Aquífero:

- Delimitar uma área tampão de 100 metros ao redor dos poços de captação de água para evitar infiltração de contaminantes.
- Promover a vegetação das margens de corpos hídricos próximos para criar barreiras naturais contra erosão e poluição.

2. Qualidade do Ar

A emissão de compostos gasosos como amónia e odores é um dos maiores desafios para a qualidade do ar, pelo que propomos:

2.1. Bio filtros e Sistemas de Controlo:

- Equipar as ventilações dos pavilhões com bio filtros compostos por camadas de material orgânico (ex.: casca de pinheiro), capazes de absorver e neutralizar amónia e compostos orgânicos voláteis.
- Instalar purificadores de ar em todas as saídas de gases, com carvão ativado para captura de partículas ultrafinas.

2.2. Gestão da Cama de Aviário:

- Substituir regularmente a cama de aviário (maravalha ou palha) para evitar a acumulação excessiva de amónia.
- Instalar sensores de concentração de amónia dentro dos pavilhões para regular automaticamente a ventilação.

2.3. Barreiras Naturais:

- Criar cinturões verdes compostos por espécies nativas de rápido crescimento (como choupos e salgueiros) que absorvem gases e ajudam a dispersar odores.

A implementação de barreiras naturais, combinada com bio filtros avançados, não só reduz emissões, mas também cria benefícios colaterais, como a captura de partículas finas e a melhoria da biodiversidade local. Esses sistemas são amplamente reconhecidos por organismos internacionais como boas práticas em projetos agrícolas sustentáveis.



2.4. Monitorização Permanente:

- Criar estações de monitorização da qualidade do ar em pontos estratégicos, incluindo áreas habitadas, para medir partículas PM2,5, amónia e outros poluentes.

3. Ruído

O aumento das atividades de transporte e operação pode gerar impactos significativos no conforto acústico das comunidades. Neste sentido, consideramos que o projeto deve incluir:

3.1. Planeamento de Tráfego:

- Restruir os horários de transporte para evitar trânsito de veículos pesados em horários noturnos ou de maior movimento local.
- Criar acessos dedicados à instalação para desviar o tráfego das áreas residenciais.

Em áreas rurais, o planeamento de tráfego específico reduziu significativamente o desconforto acústico e o risco de conflitos com moradores locais. Este tipo de gestão é amplamente utilizado em projetos agrícolas que coexistem com comunidades próximas.

3.2. Barreiras Físicas:

- Construir barreiras acústicas de terra ou painéis de absorção sonora em torno das áreas de maior atividade, como entradas e locais de carregamento de materiais.
- Utilizar materiais recicláveis de alta densidade, como pneus triturados, para reforçar a eficácia dessas barreiras.

3.3. Uso de Equipamentos Silenciosos:

- Substituir geradores por modelos elétricos ou híbridos, que possuem menor emissão de ruído.
- Realizar manutenção periódica de máquinas e veículos para evitar ruídos excessivos.

3.4. Monitorização e Participação Comunitária:

- Instalar sensores de medição contínua de ruído nas áreas residenciais mais próximas.
- Criar um canal de comunicação com as comunidades para reportar problemas relacionados ao ruído, com garantia de resposta rápida.



4. Uso do Solo e Paisagem

A remoção de vegetação e impermeabilização de grandes áreas pode impactar significativamente o equilíbrio ecológico e a paisagem, pelo que importa incluir no projeto:

4.1. Compensação de Vegetação:

- Implementar um plano de reflorestação em áreas degradadas próximas, priorizando espécies nativas como carvalhos e medronheiros, que possuem alto valor ecológico.
- Garantir que a proporção de áreas reflorestadas seja, no mínimo, o dobro da área desflorestada.

4.2. Controle de Erosão:

- Instalar sistemas de drenagem com gabiões e bacias de retenção para evitar erosão nas áreas com declive acentuado.
- Adotar técnicas de plantio em curva de nível nas áreas de compensação ambiental.

4.3. Minimização da Impermeabilização:

- Utilizar pavimentos permeáveis nas áreas de circulação e armazenamento, como pavê permeável ou grelhas de cimento com cobertura vegetal.
- Instalar jardins de chuva para reter e infiltrar a água pluvial.

4.4. Proteção da Paisagem:

- Preservar áreas de vegetação natural próximas à instalação como uma barreira visual e para manter a estética rural.
- Realizar um estudo de impacto visual, com simulações da paisagem após a instalação, para identificar áreas críticas a serem protegidas.

Em regiões com características semelhantes, a integração de jardins de chuva em áreas de impermeabilização mostrou resultados significativos na redução de enxurradas, aumentando a recarga de aquíferos e melhorando o equilíbrio ecológico.



5. Saúde Humana

A saúde das populações próximas depende de uma gestão integrada de todos os fatores ambientais. Assim propomos:

5.1. Monitorização

- Criar um programa conjunto com autoridades locais para monitorar indicadores de saúde das comunidades afetadas, como doenças respiratórias ou relacionadas ao ruído.

5.2. Educação Ambiental e Participação:

- Promover *workshops* para as comunidades sobre o projeto e as suas medidas de mitigação, com atualização constante sobre a eficácia das ações implementadas.

5.3. Medidas de Emergência:

- Desenvolver planos de emergência para lidar com situações como derrames de efluentes, incêndios ou eventos de emissão excessiva de gases.
- Criar uma linha direta de comunicação com as comunidades para resposta imediata a queixas ou emergências.

6. Compromisso Social:

Tendo em vista os impactos diretos e indiretos, além das medidas técnicas e ambientais descritas, recomenda-se que a empresa promova um compromisso social com a freguesia, contribuindo para projetos que beneficiem diretamente a comunidade local. Essas ações podem incluir:

- **Criação de Espaços Verdes:** um parque ecológico para lazer e educação ambiental.
- **Reabilitação de Áreas Degradadas:** reflorestação com espécies autóctones para promover a biodiversidade.
- **Educação Ambiental:** programas educacionais nas escolas da freguesia e na comunidade.



III. Conclusão

O projeto de ampliação da Quinta D. Dinis pode trazer benefícios económicos significativos, mas sua viabilidade depende de uma implementação rigorosa das medidas previstas no EIA. Qualquer falha na gestão ambiental ou na proteção da qualidade de vida da população pode resultar em retrocessos irreparáveis no território. **É crucial garantir que estes avanços na produção regional não surjam à custa do bem-estar das populações locais ou da integridade do território.**

A defesa da população deve ser uma prioridade absoluta. É essencial que as comunidades vizinhas sejam protegidas contra impactos adversos na qualidade do ar, do ruído, dos recursos hídricos e na paisagem, fatores que influenciam diretamente a sua qualidade de vida. Por isso, as medidas propostas precisam ser implementadas com rigor, garantindo que nenhum impacto ambiental prejudicial ultrapasse os limites legais e aceitáveis. **A monitorização contínua, o acesso a relatórios transparentes e a criação de canais diretos de diálogo com as comunidades serão fundamentais para assegurar essa proteção.**

O território onde o projeto será implementado também precisa ser tratado com respeito e responsabilidade. A União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira possui características ambientais e ecológicas sensíveis, que exigem uma gestão cuidadosa para evitar retrocessos no equilíbrio natural. **O cumprimento de medidas de compensação ambiental, como a reflorestação de áreas desflorestadas e a proteção de recursos hídricos e ecossistemas, será vital para manter a saúde ambiental do território a longo prazo.**

O desafio deste projeto é grande, mas também oferece uma oportunidade de demonstrar que o desenvolvimento económico pode ser compatível com a preservação ambiental e o bem-estar social. Além disso, destaca-se a importância de que a empresa promova ações compensatórias que gerem impacto positivo direto na freguesia. **Projetos como a criação de espaços verdes, reflorestação de áreas críticas ou iniciativas de educação ambiental são exemplos de como o promotor pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território.** Tais ações não apenas mitigarão impactos, mas também fortalecerão o vínculo entre a comunidade e a empresa, promovendo um legado positivo. Propõe-se que a execução dos projetos compensatórios seja monitorizada em parceria com a União das Freguesias, assegurando transparência e resultados alinhados com as necessidades da população e do território.



Estamos convictos de que o sucesso da implementação deste projeto depende de um compromisso sólido com a sustentabilidade, da fiscalização rigorosa por parte das autoridades e do envolvimento das populações afetadas.

Acima de tudo, o projeto deve ser um exemplo de como o progresso pode ser alcançado sem comprometer os valores fundamentais da proteção ambiental e da qualidade de vida das pessoas. A União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira assume um papel ativo na monitorização deste projeto, assegurando que as medidas sugeridas sejam implementadas com rigor e comprometimento.

É indispensável que o projeto respeite e proteja os valores ambientais, garantindo que o progresso económico não comprometa a qualidade de vida das populações locais. Este compromisso requer uma gestão transparente e o cumprimento rigoroso das medidas propostas, que devem ser continuamente avaliadas e ajustadas para maximizar seus benefícios e minimizar quaisquer impactos negativos.

Este projeto representa uma oportunidade para demonstrar que o desenvolvimento agrícola pode e deve ser conduzido dentro dos princípios da sustentabilidade, minimizando impactos negativos e maximizando benefícios para o território e para as suas comunidades. **Reforçamos ainda a importância de envolver a comunidade em todas as fases do projeto, garantindo consultas públicas regulares e canais de comunicação abertos para o esclarecimento de dúvidas e a mitigação de preocupações locais.**

Somente assim será possível garantir que a ampliação da Quinta D. Dinis contribua de forma equilibrada e responsável para o futuro da região, preservando o bem-estar da população e a integridade ambiental do território.

A ampliação deve ser conduzida com base nos princípios de sustentabilidade, mantendo a transparência e o compromisso com as comunidades locais. Como é, aliás, destacado no EIA, **“a integração de medidas mitigadoras e programas de monitorização garante que os impactos negativos sejam minimizados e os positivos, maximizados”** (Capítulo 8.1).

MONTE REDONDO E CARREIRA

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTE REDONDO E CARREIRA // CONCELHO DE LEIRIA



Estamos confinantes de que, através de um diálogo contínuo entre a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e a empresa promotora será possível assegurar que as medidas propostas resultem em benefícios mútuos e impactos positivos para a comunidade e o território. **Neste contexto, e para que se garanta uma monitorização completamente transparente e para que todos possam estar, efetivamente, envolvidos, propõe-se a criação de um grupo de acompanhamento que inclua representantes da Junta de Freguesia, da Assembleia de Freguesia, da empresa promotora e da comunidade local.** A Junta de Freguesia compromete-se a liderar e a coordenar este grupo de acompanhamento, assegurando que as medidas compensatórias sejam cumpridas e os interesses da comunidade protegidos.

Monte Redondo, 6 de janeiro de 2025

A Presidente da Junta de Freguesia

(Céline Moreira Gaspar)